



EDITORIAL

Menos Marx, Mais Mises: Um Novo Paradigma de Conhecimento e de Ação para o Brasil

*Alex Catharino**

A criação do periódico acadêmico *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia* pelo Instituto Ludwig von Mises Brasil (IMB) foi um fator importante para ampliar o trabalho desta instituição junto aos professores e estudantes universitários em nosso país. O pensamento da Escola Austríaca ainda é pouco conhecido na maioria das instituições de ensino superior brasileiras. No entanto, a cada dia, mais pessoas buscam contato com as ideias dos chamados autores austríacos.

Juntamente com a Conferência de Escola Austríaca – realizada a cada dois anos, reunindo especialistas de todo o mundo e com a quinta edição prevista para maio de 2017 – e com a Pós-Graduação em Escola Austríaca – um curso *lato sensu*, com carga de 400 horas de

aulas, abrangendo as áreas de Filosofia, Direito, Ciência Política e Economia, implementado em 2016 no Centro Universitário Ítalo Brasileiro (UniÍtalo) –, a *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia* é um dos principais projetos acadêmicos do IMB.

O presente editorial é o último que assinarei como gerente editorial da *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*. Por conta deste fato, adotarei uma narrativa mais retrospectiva, distinta do estilo dos editoriais das seis edições anteriores, que possuem um caráter mais programático, com o objetivo de esclarecer algumas questões medulares do pensamento da Escola Austríaca e de apresentar diretrizes teóricas que devem nortear a linha editorial da publicação. No entanto, a nossa anamnese não se omitirá em veicular

* **Alex Catharino** nasceu em 4 de julho de 1974 na cidade do Rio de Janeiro. É editor responsável da LVM Editora, vice-presidente executivo do Centro Interdisciplinar de Ética e Economia Personalista (CIEEP), gerente editorial do periódico *COMMUNIO: Revista Internacional de Teologia e Cultura* e pesquisador do Russell Kirk Center for Cultural Renewal, em Mecosta, Michigan, EUA. cursou a graduação em História na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e fez estudos em diferentes áreas de conhecimento em instituições no Brasil e no exterior. Foi pesquisador do Laboratório de História Antiga (LHIA) da UFRJ, coordenador de programas acadêmicos e culturais do Instituto Liberal do Rio de Janeiro (IL-RJ), visiting fellow da Atlas Economic Research Foundation, em Washington, D.C., pesquisador afiliado do Acton Institute for the Study of Religion and Liberty, em Grand Rapids, Michigan. Foi gerente editorial, entre janeiro de 2013 e maio de 2016, do periódico *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*. É autor do livro *Russell Kirk: O Peregrino na Terra Desolada* (É Realizações, 2015), de inúmeros artigos em periódicos acadêmicos e de capítulos, prefácios e o posfácios em obras de outros autores. Atualmente, está organizando a edição crítica das obras completas de Ludwig von Mises em português. E-mail: alex@mises.org.br

reflexões sobre a recente popularização das ideias da Escola Austríaca, bem como algumas propostas para o futuro do periódico.

Lançada no ano de 2013, a *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia* manteve, desde o início, a periodicidade semestral. Ao longo de sete edições, tivemos a grande honra de publicar alguns ensaios, nunca antes lançados em língua portuguesa, de Carl Menger (1840-1921), de Eugen von Böhm-Bawerk (1851-1914), de Ludwig von Mises (1881-1973), de Friedrich August von Hayek (1899-1992) e de Murray N. Rothbard (1926-1995), os mais proeminentes autores clássicos dessa escola de pensamento econômico. O periódico veiculou trabalhos de renomados autores contemporâneos nacionais e estrangeiros associados à tradição austríaca, com destaque para os nomes de Israel M. Kirzner, Hans-Hermann Hoppe, Peter J. Boettke, Joseph T. Salerno, Richard M. Ebeling, Mario J. Rizzo, Walter E. Block, Jesús Huerta De Soto, Gabriel J. Zanotti, Ubiratan Jorge Iorio, José Manuel Moreira, Antony Muller, Fabio Barbieri e Adriano Gianturco, dentre outros. Publicamos também artigos e resenhas de livros de jovens pesquisadores do Brasil e do exterior.

O compromisso com a transdisciplinaridade, defendida pelos autores da Escola Austríaca, permitiu que o periódico abarcasse temas variados nas áreas de Filosofia, de Direito, de Relações Internacionais, de Ciência Política, de Sociologia, de Economia e de Literatura. A publicação não se limitou à veiculação de trabalhos da lavra apenas de autores relacionados à tradição austríaca, visto que foram incluídas, em todas as edições da revista, traduções de material nunca lançado antes em português, escrito tanto por acadêmicos contemporâneos, como os prêmios Nobel de Economia norte-americanos James M. Buchanan (1919-2013) e Vernon L. Smith ou os economistas brasileiros Adolfo Sachsida e Gustavo Franco, quanto pelos medievais Rufino de Bolonha (Século XII) e Johannes Duns Scotus (1266-1308), pelos escolásticos tardios ibéricos Juan de Mariana (1536-1627) e Francisco Suárez (1548-1617), e pelo

fisiocrata Anne Robert Jacques Turgot (1727-1781), bem como análises de especialistas nacionais sobre os pensadores brasileiros José da Silva Lisboa (1756-1835) – o Visconde de Cairu –, Joaquim Nabuco (1849-1910), Francisco José de Oliveira Viana (1883-1951), Mario Vieira de Mello (1912-2006) e José Guilherme Merquior (1941-1991).

Por um lado, a ideia de criar um periódico científico dedicado ao pensamento da Escola Austríaca foi sonho há muito tempo almejado pelo professor Ubiratan Jorge Iorio, que durante anos foi o único acadêmico brasileiro a abordar a temática de modo sistemático, lecionando disciplinas no Departamento de Economia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), além de ter publicado o trabalho pioneiro *Economia e Liberdade: A Escola Austríaca e a Economia Brasileira*¹, a primeira análise ampla em língua portuguesa sobre o assunto, bem como outros livros dedicados ao pensamento desta corrente econômica². Por outro lado, a proposta vinha de encontro ao projeto de Helio Beltrão³ de ampliar o trabalho do IMB junto ao público acadêmico. A nossa missão, como gerente editorial, foi tornar possível esses dois anseios.

¹ A obra foi lançada originalmente em 1994 pelo Instituto Liberal de São Paulo (IL-SP) e posteriormente reeditada como: IORIO, Ubiratan Jorge. **Economia e Liberdade: A Escola Austríaca e a Realidade Brasileira**. Pref. Roberto Campos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2ª ed., 1997.

² Os outros livros do autor sobre a temática são os seguintes: IORIO, Ubiratan Jorge. **Ação, Tempo e Conhecimento: A Escola Austríaca de Economia**. Pref. Helio Beltrão. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2011; Idem. **Dez Lições Fundamentais de Economia Austríaca**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2013; Idem. **Dos ProtoAustríacos a Menger: Uma breve história das origens da Escola Austríaca de Economia**. Pref. Fabio Barbieri; posf. José Manuel Moreira. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2015.

³ Lembramos que o fundador e presidente do IMB é co-autor do seguinte trabalho: BELTRÃO, Helio; CONSTANTINO, Rodrigo & LENHART, Wagner. **O Poder das Ideias: A Vida, a Obra e as Lições de Ludwig von Mises**. Porto Alegre: IEE.

Ao refletir sobre tudo o que foi feito nos últimos anos, temos uma grande sensação de gratidão, principalmente devido ao trabalho com uma excelente equipe. Além do gerente editorial, o projeto contava, em um primeiro momento, apenas com Ubiratan Jorge Iorio na função de editor responsável e Helio Beltrão como presidente do Conselho Editorial, que reunia os nomes de alguns professores veiculados a instituições de ensino ou de pesquisa nacionais e estrangeiras. Gradativamente, não apenas o Conselho Editorial agregou mais pessoas, mas, também, a própria equipe editorial cresceu. No segundo ano, os professores Fabio Barbieri e José Manuel Moreira assumiram a função de Editor Adjunto e, no terceiro ano, Claudio A. Téllez-Zepeda se tornou nosso assistente editorial e agora nos sucederá em nosso cargo. Os três professores, desde o começo, foram membros ativos do Conselho Acadêmico do periódico.

Graças aos esforços de todos os envolvidos no projeto, conseguimos produzir um periódico com elevada qualidade acadêmica, com boa apresentação gráfica e com impressionante sucesso comercial, tendo cada uma das seis edições anteriores vendido uma média de 1.000 (mil) exemplares. No entanto, reconhecemos algumas falhas em nossa gestão, que poderão ser corrigidas pelo novo gerente editorial. Em grande parte, o caminho para a correção dos erros não deve ser um desvio da rota traçada até o momento, mas uma profunda retomada das reflexões propositivas apresentadas nos editoriais das seis edições anteriores. Cabe, aqui, rememorar parte das análises elaboradas nestes profundos ensaios.

O editorial do professor Ubiratan Jorge Iorio, além de apresentar a missão do periódico e ressaltar o modo como este se integra nos objetivos do IMB, ressaltou as linhas gerais do pensamento da Escola Austríaca e enfatizou o modo como esta responde de modo mais apropriado que as demais correntes de pensamento econômico a alguns problemas atuais, justificando o motivo pelo qual o pensamento dos economistas austríacos ganha

cada vez mais adeptos⁴. Nosso editorial na segunda edição tratou do modo como a ideologia do cientificismo faz que seja exacerbado, por pesquisadores das áreas de Economia e das demais ciências sociais, um tipo de metodologia científica positivista, completamente oposta ao realismo adotado pela Escola Austríaca, além de termos abordado a maneira como os autores austríacos conseguem, a partir de uma análise fundada na lógica, conciliar a tradição com a inovação⁵.

Dando continuidade aos dois editoriais anteriores, o professor Fabio Barbieri ressaltou, no editorial da terceira edição, a necessidade dos autores filiados à tradição austríaca de adotarem diante do mercado de ideias uma atitude científica pluralista e falibilista, criando pontes para o diálogo com outras correntes⁶. Na quarta edição, na qual foi incluída uma seção especial em homenagem aos quarenta anos do Prêmio Nobel de F. A. Hayek, concedido em 1974, o professor José Manuel Moreira utilizou as diferenças entre as perspectivas do economista austríaco homenageado e a de John Maynard Keynes (1883-1946), não se limitando apenas aos contrastes de visões econômicas, para enfatizar as relações entre Economia e Civilização, a partir de uma reflexão econômica e filosófica sobre meios e fins, que ressalta o papel ético da defesa da liberdade individual e do livre-mercado que caracteriza o pensamento da Escola Austríaca⁷.

⁴ IORIO, Ubiratan Jorge. A Escola Austríaca na Vanguarda. *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*, Vol. I, No. 1 (jan.-jun. 2013): 5-18.

⁵ CATHARINO, Alex. A Escola Austríaca entre a Tradição e a Inovação. *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*, Vol. I, No. 2 (jul.-dez. 2013): 305-23.

⁶ BARBIERI, Fabio. A Escola Austríaca e o Mercado das Ideias. *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*, Vol. II, No. 1 (jan.-jun. 2014): 5-17.

⁷ MOREIRA, José Manuel. Pelos 40 anos do Nobel de Hayek – Economia e Civilização. Meios e Fins. *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*, Vol. II, No. 2 (jul.-dez. 2014): 319-37.

Escrito pelo professor Claudio A. Téllez-Zepeda, o editorial da quinta edição discutiu a relevância da Escola Austríaca como empreendimento científico, apontando questões fundamentais que necessitam ser desbravadas pelas novas gerações de pesquisadores, além de lançar o desafio da necessidade de um maior diálogo acadêmico com outras escolas de pensamento econômico, bem como a importância de apresentar, na forma de investigações empíricas, alguns dos postulados teóricos defendidos pelos economistas austríacos⁸. Por fim, no editorial da sexta edição, o professor Ubiratan Jorge Iorio retoma os aspectos medulares da Escola Austríaca, apresentando-os de forma mais detida que em seu primeiro editorial, ao enfatizar a “tríade básica” ou “núcleo fundamental” desta corrente, formado pelos conceitos de “ação”, “tempo dinâmico” e “conhecimento limitado”, para em seguida discutir as noções de “utilidade marginal”, “subjetivismo” e “ordens espontâneas”, que constituem os elementos de propagação dessa tradição de pensamento econômico, permitindo discorrer sobre as implicações destes nos campos da Epistemologia e da Filosofia Política, para expor as principais contribuições teóricas dos austríacos e, por fim, concluir ressaltando a relação entre os aspectos tanto científicos quanto humanísticos que envolvem a temática⁹.

Sabemos que nenhum cientista desenvolve suas investigações apenas por diletantismo. O fundamento na chamada razão instrumental acarretou no fato de uma das principais características da ciência moderna ser a busca por resultados práticos, que possibilitem ao conhecimento teórico modificar a realidade concreta. A busca por um mundo

melhor sempre é assombrada pelos espectros da ideologia. No entanto, o sonho de uma “ciência neutra” é tão perigoso quanto os excessos ideológicos de uma “ciência engajada”. É necessário um justo meio entre as posturas de isenção e de militância. Um dos remédios para essas posições extremadas é o confronto de ideias.

Uma das grandes lições do economista austríaco Ludwig von Mises (1881-1973) que merece atenção especial é a noção de que “ideias, somente ideias, podem iluminar a escuridão”¹⁰. As nossas mazelas culturais, políticas e econômicas são caudatárias, em grande parte, de ideias nefastas produzidas por intelectuais falecidos há décadas, cujas teorias são o sextante dos tecnocratas que buscam modificar artificialmente a realidade. Todavia, a superação dos erros disseminados por concepções distorcidas acerca da natureza humana e da sociedade demanda que as boas ideias sejam propaladas. Lembramos aqui a sentença, erroneamente atribuída a Karl Marx (1818-1883) e proferida por Auguste Comte (1798-1857), segundo a qual “os vivos são sempre, e cada vez mais, governados necessariamente pelos mortos”¹¹.

Um crescente número de brasileiros começou a despertar para a importância das ideias de determinados autores falecidos, mas que ainda governam os rumos de nossa vida. Esta impressionante tomada de consciência pode ser exemplificada, dentre outros fatores, por intermédio da popularização do bordão “Menos Marx, Mais Mises”, estampado em adesivos, camisetas, balões e cartazes que se tornaram populares nas diversas manifestações contra a desastrosa administração do governo federal exercida pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Mesmo que não exista uma consciência plena dos significados mais profundos das ideias por detrás do jargão “Me-

⁸ TÉLLEZ-ZEPEDA, Claudio A. A Escola Austríaca como Empreendimento Científico. **MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia**, Vol. III, No. 1 (jan.-jun. 2015): 5-12.

⁹ IORIO, Ubiratan Jorge. Ação, Tempo e Conhecimento: Escola Austríaca, Ciência e Humanismo. **MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia**, Vol. III, No. 2 (jul.-dez. 2015): 317-326.

¹⁰ MISES, Ludwig von. **As Seis Lições**. Pref. Margit von Mises; trad. Maria Luiza X. De A. Borges. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 7ª ed., 2009. p. 101.

¹¹ COMTE, Auguste. Teoria da Humanidade. In: **Catecismo Positivista**. Trad. Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 152.

nos Marx, Mais Mises” por parcela daqueles que o utilizam, este é um contraponto entre duas visões de mundo antagônicas que merece ser explorado politicamente de maneira mais efetiva em nosso país.

Tal antítese entre os dois pensadores é, acima de tudo, uma representação do conflito existente entre duas visões de mundo distintas e incompatíveis. O antagonismo expresso no lema “Menos Marx, Mais Mises” não é apenas a distinção entre dois modelos econômicos, pois manifesta uma luta entre as diferentes formas de coletivismo intervencionista e o individualismo liberal. As consequências práticas da adoção das ideias de um desses autores em detrimento do pensamento do outro influenciarão diretamente, de modo negativo ou positivo, as vidas cotidianas de milhões de seres humanos principalmente na economia, mas, também, na política e na cultura.

O objetivo principal do comunismo marxista é “a derrubada violenta de toda a ordem social até aqui vigente”¹² como meio de alcançar a promessa utópica de criar para o proletariado uma sociedade igualitária sem classes sociais. Tal como explicitado por Antonio Paim no livro *Marxismo e Descendência*¹³, o projeto marxista não é exclusivamente uma teoria econômica ou uma proposta ideológica, mas um amplo sistema filosófico que, amparado em uma visão economicista da realidade, oferece doutrinas acerca do Estado, da sociedade e do pensamento. É característica intrínseca ao marxismo, tanto como teoria quanto na prática, a busca pela hegemonia, rechaçando ou, até mesmo, eliminando por intermédio do uso da violência, qualquer divergência teórica ou política.

Na décima primeira das onze breves teses sobre Ludwig Feuerbach (1804-1872),

¹² MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Org. e intr. Marco Aurélio Nogueira; Trad. Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder. Petrópolis, Vozes, 15ª ed., 2010. p. 99.

¹³ PAIM, Antonio. **Marxismo e Descendência**. Campinas: VIDE Editorial, 2009.

escritas em 1845 e publicadas postumamente, em 1888, por Friedrich Engels (1820-1895), o próprio Karl Marx afirma que “os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é transformá-lo”¹⁴. O marxismo é um sistema filosófico que, de fato, transformou o mundo, mas não em um lugar melhor como prometido por seu criador, tal como podemos constatar em inúmeros relatos históricos, dentre os quais destacamos o volumoso *Le Livre noir du communisme*¹⁵ [*O Livro Negro do Comunismo*]. No livro *O Marxismo Ocidental*, lançado originalmente em inglês no ano de 1986, uma explicação para o intermitente fascínio dos intelectuais pelas ideias marxistas foi apresentada pelo já mencionado José Guilherme Merquior, fundamentado nas análises de Raymond Aron (1905-1983) e de Ernest Gellner (1925-1995), com as seguintes palavras:

Em nosso próprio século, a verdade sociológica do marxismo político desmentiu as crenças do marxismo teórico em mais de um sentido. [...] O comunismo, longe de ser, como ele próprio acreditava, uma solução para os males da industrialização, acabou por ser fornecer um potente veículo à industrialização forçada e à acumulação primitiva. [...] O marxismo faz, sob alguns regimes nacionalistas ansiosos por construir uma industrialização imitativa, o que, no passado a ética protestante e seus equivalentes fizeram por um capitalismo endógeno e espontâneo. Entretanto, hoje em dia, o marxismo não é apenas um credo reacendido, de tempos em tempos, em ex-colônias não-industriais, pelo sentimento de elites não ex-coloniais modernizadoras. É também, no seio do mundo industrialmente avançado, o idio-

¹⁴ MARX, Karl. Marx sobre Feuerbach. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. Apres. Emir Sader; trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 539.

¹⁵ COURTOIS, Stéphane *et al.* **O Livro Negro do Comunismo: Crimes, Terror e Repressão**. Trad. Caio Meira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

ma ideológico favorito de uma *intelligentsia* em profundo desacordo com a civilização moderna. E o marxismo ocidental é a forma principal dessa linguagem ideológica¹⁶.

Insistimos que a defesa da sentença “Menos Marx, Mais Mises” não deve ser interpretada, de modo algum, como um clamor por “Nenhum Marx, Apenas Mises”, nem servir como justificativa para que o pensamento marxista não seja estudado ou sofra algum tipo de censura que o proíba. Uma visão hegemônica não deve ser combatida com a implementação de outra, mas enfrentada por intermédio do debate livre e pluralista. O marxismo não pode ser descartado como um todo. Adotar uma postura antimarxista radical, negligenciando as importantes contribuições filosóficas, políticas e econômicas de Karl Marx para o pensamento ocidental, seria um erro completamente inapropriado e injustificável. No plano intelectual, o jargão “Menos Marx, Mais Mises” deve servir apenas como um convite para que os dogmas ideológicos marxistas sejam abandonados, permitindo que novas ideias circulem.

A aparente hegemonia intelectual do discurso marxista, tanto nas universidades quanto nos meios de comunicação, muitas vezes é associada, também, à difusão do pensamento de determinados autores. Nas últimas quatro décadas os intelectuais brasileiros foram influenciados, em maior ou menor grau, pelos escritos de Antonio Gramsci (1891-1937), de Herbert Marcuse (1898-1979), de Jean-Paul Sartre (1905-1980), de Louis Althusser (1918-1990), de Michel Foucault (1926-1984) e de Jürgen Habermas, dentre outros. No entanto, excluindo o historiador Caio Prado Júnior (1907-1990) e o filósofo José Arthur Giannotti, bem como, em menor grau, os historiadores Nelson Werneck Sodré (1911-1999) e Edgard Carone (1923-2003), o filósofo Leandro Konder (1936-2014) e o economista

Paul Singer, não existe no Brasil uma sólida tradição intelectual marxista. Esta questão foi discutida por um ex-comunista, que nos tempos de militância estudou Filosofia na União Soviética. Trata-se de um dos pioneiros e o mais respeitado especialista na história do pensamento brasileiro, o já citado Antonio Paim, em sua clássica obra *História das Ideias Filosóficas no Brasil*, na qual afirmou que:

No Brasil, o estudioso do fenômeno depara-se com uma situação deveras curiosa: o marxismo jamais despertou qualquer movimento teórico de envergadura, nem antes, nem depois da formação do partido político que pretendeu encarná-lo. Nunca ouve uma difusão sistemática dessa doutrina, tendo sido elaborada uma tradução brasileira de *O Capital* somente em fins da década de sessenta. Observa-se, na verdade, um grande desinteresse pela teoria, entre aqueles que se dizem marxistas, a par de uma defesa intransigente das posições políticas trazidas à luz sob esse rótulo. A maioria dos chamados engajados não sabe nem mesmo precisar o conteúdo de certos conceitos que emprega. Essa constatação exige, por certo, ser meditada.

Duas evidências simultâneas, à primeira vista contraditórias, parecem igualmente válidas: nunca houve no Brasil nenhum movimento teórico marxista, digno deste nome, ao mesmo tempo que se fala numa grande popularidade das ideias marxistas. A popularidade existe e é incontestável. A dificuldade reside em precisar exatamente em que consistem tais ideias desde que inexistente o movimento teórico. Seria demasiado simplório recorrer à hipótese explicativa de que essa influência decorreria do movimento político que se processa sob essa bandeira¹⁷.

De acordo com esta análise, constata-se a existência de uma paradoxal bifurcação, por intermédio da qual temos, de um lado, uma diminuta relevância teórica da filosofia e da economia marxista, ao passo que, por outro lado, existe uma forte atuação política e uma

¹⁶ MERQUIOR, José Guilherme. **O Marxismo Ocidental**. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987. p. 90.

¹⁷ PAIM, Antonio. **História das Ideias Filosóficas no Brasil**. Londrina: Editora UEL, 5ª ed., 1997. p. 625-26.

grande influência cultural de tais ideias. Ao tratar de questões teóricas, a maioria dos pensadores nacionais associados ao marxismo, principalmente devido à militância política esquerdista, não deve ser, de fato, considerada como legítimos marxistas no sentido mais estrito do termo, tal como é possível constatar, por exemplo, nos escritos de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), de Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982), de Florestan Fernandes (1920-1995), de Celso Furtado (1920-2004), de Octavio Ianni (1926-2004), de Antonio Candido e de Fernando Henrique Cardoso, cujas influências dominantes nos trabalhos acadêmicos são oriundas, dentre outras fontes teóricas ou metodológicas, de ideias historicistas, weberianas, funcionalistas, keynesianas, estruturalistas ou pós-modernas.

Tal como expresso por Antonio Paim, a “*exagerada expressão cultural*” da vulgata marxista no Brasil “*decorreria de uma feliz combinação entre algumas de suas teses e a tradição positivista*”¹⁸. A partir desta hipótese, segundo a qual o marxismo brasileiro seria uma vertente peculiar basicamente positivista, não seria mero artifício retórico proclamar que, dentre os inúmeros mortos que ainda guiam a mentalidade brasileira, o espectro de Auguste Comte continua a ser uma figura que assombra nosso país, não apenas no lema “Ordem e Progresso” na bandeira nacional.

Existe um fato pouco lembrado em nossa história intelectual que merece ser acentuado. Foi por intermédio do positivismo comtiano que Leônidas de Rezende (1889-1950) introduziu o pensamento filosófico e econômico marxista no Brasil, tanto com a obra *A Formação do Capital e seu Desenvolvimento*¹⁹, de 1932, quanto por intermédio da militância ideológica e pela atuação, durante quase duas décadas, no magistério como catedrático do curso de Economia Política na Faculdade Nacional de Direito (FND) da Universidade do Brasil

¹⁸ Idem. *Ibidem.*, p. 626.

¹⁹ REZENDE, Leônidas de. **A Formação do Capital e seu Desenvolvimento**. Intr. Antonio Paim. Brasília: Senado Federal, 2011.

(UB)²⁰, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O trabalho deste professor foi retomado e refinados pelos escritos teóricos de João Cruz Costa (1904-1978)²¹, professor catedrático e chefe do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), tendo sido o orientador da tese de livre docência *Alienação do Trabalho Objetivo*, defendida em 1965, pelo já mencionado José Arthur Giannotti.

Qualquer pessoa familiarizada com os alicerces teóricos do marxismo sabe que existe nele uma profunda influência da filosofia idealista de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) e da economia clássica de David Ricardo (1772-1823). Alguns estudiosos mais atentos ressaltaram que, nas concepções marxistas, há inúmeros elementos oriundos do romantismo igualitarista de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e do utilitarismo de Jeremy Bentham (1748-1832). Diversas outras influências, muitas delas conflitantes entre si, costumam ser, também, apontadas como parte do escopo teórico do pensamento de Karl Marx. Ainda assim, não é comum a maioria dos analistas enfatizar o papel essencial dos fundamentos positivistas nesta doutrina.

Uma percepção aguçada dos fundamentos comtianos na filosofia de Karl Marx pode ser encontrada em trabalhos de dois dos principais autores da Escola Austríaca. Lançado pela primeira vez em 1952, o livro *The Counter-Revolution of Science*²² [*A Contra-Revolução da Ciência*], do economista austríaco F. A. Hayek (1899-1992), apresenta de modo detalhado tal relação em diversas passagens da obra, explicitando que o marxismo é uma das muitas variantes da ideologia cientificista. Na quarta seção de “Positivism and the Crisis of Western Civilization” [Positivismo e a Crise da Civilização Ocidental], último ca-

²⁰ PAIM. **História das Ideias Filosóficas no Brasil**. *Op. cit.*, p. 627-38.

²¹ Idem. *Ibidem.*, p. 638-45.

²² HAYEK, F. A. **The Counter-Revolution of Science: Studies on the Abuse of Reason**. Indianapolis: Liberty Fund, 1979.

pítulo de *The Ultimate Foundation of Economic Science*²³ [Os Fundamentos Últimos da Ciência Econômica], publicado originalmente em 1962, Ludwig von Mises demonstrou que o cientificismo marxista é um mero suporte epistemológico para o totalitarismo.

Em nosso editorial para segunda edição da *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia Direito e Economia*, sustentamos que a grande linha divisória entre o pensamento da Escola Austríaca e o de outras correntes econômicas fica evidente ao analisarmos a questão do método das ciências sociais²⁴. No campo da Economia, o vício positivista é uma característica essencial tanto do Materialismo Dialético marxista e das análises da Escola Historicista Alemã, quanto das análises da maioria dos economistas do chamado *mainstream economics*, incluindo todos os keynesianos e, até mesmo, autores da Escola de Chicago, como Milton Friedman (1912-2006), George Stigler (1911-1991) e Gary S. Becker (1930-2004).

Segundo a percepção de Antonio Paim, em *O Liberalismo Contemporâneo*, um dos grandes méritos dos pensadores da Escola Austríaca “consiste em ter levado para o terreno da investigação econômica a crítica que começa a ser desenvolvida ao positivismo”²⁵. Desde os primórdios até os nossos dias, os economistas austríacos rejeitam a transposição do método científico elaborado por Sir Isaac Newton (1642-1727) para a análise de fenômenos naturais como fundamento epistemológico no estudo da ação humana. Na obra *Human Action* [Ação Humana], de 1949, o próprio Mises afirmou que:

O primeiro dever de qualquer investigação científica é descrever exaustivamente e definir todas as condições e suposições, com

base nas quais pretende validar suas afirmações. É um erro considerar a física como um modelo e um padrão para a pesquisa econômica. Mas as pessoas comprometidas com esta falácia deviam ter aprendido pelo menos uma coisa: nenhum físico jamais acreditou que o esclarecimento de algumas condições e suposições de um teorema da física esteja fora do campo de interesse da pesquisa da física. A questão central que a economia tem obrigação de responder é sobre a relação entre suas afirmações e a realidade da ação humana, cuja compreensão é o objeto dos estudos da economia²⁶.

É neste sentido que o lema “Menos Marx, Mais Mises” também poderá ser adotado para descrever de modo sintético a necessidade de uma ruptura com a nefasta tradição intelectual cientificista brasileira²⁷. Associadas à nossa herança patrimonialista, em última instância, os ideais do cientificismo foram o sustentáculo, na esfera política, de diversas práticas intervencionistas desastrosas adotadas pelo despotismo esclarecido pombalino, pelo castilhismo, pelo tenentismo, pelo corporativismo e pelo varguismo, que de modos distintos influenciaram o janguismo, o desenvolvimentismo do regime militar, o brizolismo e o lulopetismo. Mais do que na agenda teórica de um suposto marxismo cultural, é nesses movimentos históricos que devemos encontrar as principais causas de nossas mazelas culturais, políticas e econômicas.

A divulgação do pensamento misesiano para um público mais amplo no Brasil tem como principal instrumento o trabalho desenvolvido pelo Instituto Ludwig von Mises Brasil (IMB), instituição sem fins lucrativos criada por Helio Beltrão no ano de 2007. A missão

²³ MISES, Ludwig von. Positivism and the Crisis of Western Civilization. In: **The Ultimate Foundation of Economic Science**. Ed. Bettina Bien Greaves. Indianapolis: Liberty Fund, 2ª ed., 2006. p. 113-20.

²⁴ CATHARINO. A Escola Austríaca entre a Tradição e a Inovação. *Op. cit.*, p. 316-22.

²⁵ PAIM, Antonio. **O Liberalismo Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. p. 76.

²⁶ MISES, Ludwig von. **Ação Humana: Um Tratado de Economia**. Trad. Donald Stewart Jr. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 3ª Ed., 2010. p. 29.

²⁷ Desde a matriz positivista até as recentes variantes marxistas, o cientificismo em nosso país é analisado em: PAIM, Antonio. **A Escola Cientificista Brasileira – Estudos Complementares à História das Ideias Filosóficas no Brasil: Volume VI**. Londrina: CEFIL, 2002.

de propagar, em nosso país, o pensamento da Escola Austríaca é desenvolvido pelo IMB por intermédio da veiculação de artigos diários, de um *podcast* semanal em uma página na internet, da organização de conferências e da promoção de cursos – incluindo uma pós-graduação *lato sensu* –, do lançamento de livros e, também, da publicação do periódico acadêmico *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*.

Cabe lembrar que a popularização da Escola Austríaca no ambiente brasileiro, nas últimas três décadas, está diretamente ligada ao trabalho pioneiro do Instituto Liberal (IL), fundado em 1983 por Donald Stewart Jr. (1931-1999). No entanto, antes da propagação de alguns livros de economistas austríacos em português pelo IL e pelo IMB, o pensamento misesiano já era conhecido por eminentes intelectuais brasileiros. Faz-se necessária uma investigação mais profunda e sistemática acerca da difusão das ideias da Escola Austríaca de Economia no Brasil. Mesmo fundamentados em pesquisas esparsas, tentaremos explicitar a recepção dos escritos de Ludwig von Mises em nosso país entre o final da década de 1930 e o início da década de 1970.

O primeiro autor brasileiro a citar Ludwig von Mises provavelmente tenha sido o jurista, historiador e sociólogo fluminense Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951), em um artigo lançado em março de 1939²⁸. Mesmo tendo reconhecido o “*espírito realista, objetivo, prático*” do economista austríaco e concordado com inúmeras críticas apresentadas ao socialismo marxista, às quais classificou como “*de incomparável lucidez, objetiva e cientificamente conduzida*”, argumentando que poucos autores teriam sido tão “*poderosos na argumentação, assim insinuantes e persuasivos na análise, assim conhecedores dos inúmeros pontos vulneráveis da-*

²⁸ Publicado originalmente na *Revista Forense*, o artigo cujo título é “O juiz Brandeis e o seu americanismo” foi incluído postumamente na seguinte coletânea de escritos do autor: VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Problemas de Organização, Problemas de Direção**. Intr. Hermes Lima. Rio de Janeiro: Editora Record, 1974.

quela ideologia”²⁹, o pensador brasileiro discordou de alguns pontos específicos defendidos no livro *Die Gemeinwirtschaft: Untersuchungen über den Sozialismus*³⁰ [A Economia Coletiva: Estudos sobre o Socialismo], de 1922, ao qual teve acesso na tradução francesa de 1938, lançada com o título *Le Socialisme: Étude économique et sociologique*³¹ [O Socialismo: Estudo Econômico e Sociológico]. A rejeição a determinados pontos do pensamento misesiano se deu por conta de Oliveira Vianna ter compreendido o risco que a propagação de tais ideias representava para as próprias teorias defensoras do corporativismo, que foram um dos principais fundamentos das políticas do Estado Novo implantado por Getúlio Vargas (1882-1954)³².

Sabemos por diferentes fontes que o pensamento misesiano foi uma importante influência nos trabalhos do engenheiro e economista carioca Eugênio Gudín (1886-1986)³³, que ocupou, entre 25 de agosto de 1954 e 12 de abril de 1955, o cargo de ministro da Fazenda no governo do presidente João Fernandes Café Filho (1889-1970). De acordo com o embaixador José Osvaldo de Meira Penna, o ex-ministro “foi o primeiro membro brasileiro

²⁹ Idem. *Ibidem.*, p. 120.

³⁰ Traduzido para o inglês em 1936, o livro se encontra disponível atualmente nesse idioma na seguinte edição: MISES, Ludwig von. **Socialism: An Economic and Sociological Analysis**. Pref. F. A. Hayek; trad. J. Kahane. Indianapolis: Liberty Fund, 1992.

³¹ MISES, Ludwig von. **Le Socialisme: Étude économique et sociologique**. Pref. François Perroux; trad. Paul Bastier. Paris: Éditions M. Th. Génin / Librairie de Médecis, 1938.

³² Para mais informações sobre o pensamento de Oliveira Vianna a leitura de Mises empreendida pelo autor, ver o seguinte estudo: LYNCH, Christian Edward Cyril. Um Democrata Cristão contra o Neoliberalismo: A Crítica de Oliveira Viana a *O Socialismo* de Mises. **MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia**, Vol. I, No. 2 (jul.-dez. 2013): 525-38.

³³ Uma visão geral da vida e da obra do economista brasileiro, com diversas referências à influência da Escola Austríaca, é apresentada em: BORGES, Maria Angélica. **Eugênio Gudín: Capitalismo e Neoliberalismo**. São Paulo: EDUC, 1996.

da *Mont Pèlerin* e, nos anos 40, já começara a formar economistas liberais num meio tão salobro³⁴. Os principais discípulos desse pioneiro dos estudos econômicos nos Brasil, sem dúvidas, foram Otávio Gouveia de Bulhões (1906-1990), ministro da Fazenda entre 4 de abril de 1964 e 16 de março de 1967, e, em menor grau, Roberto Campos (1917-2000), ministro do Planejamento e Coordenação Econômica entre 13 de abril de 1964 e 15 de março de 1967. No livro *Princípios de Economia Monetária*³⁵, lançado originalmente em 1943, uma das principais referências do autor nas críticas que desenvolve às teorias de John Maynard Keynes é Ludwig von Mises, além de citar o economista austríaco em outros trabalhos. A importância do economista liberal foi ressaltada por Roberto Campos, em sua autobiografia, com as seguintes palavras:

As ideias de liberalismo econômico, antestatismo e economia de mercado refletiam a influência dos liberais austríacos, sobretudo Friedrich Hayek e Ludwig von Mises, cujas doutrinas me haviam sido pregadas pelo velho mestre Eugênio Gudín, anos atrás³⁶.

O filósofo e historiador mineiro João Camilo de Oliveira Torres (1916-1973), provavelmente o mais importante intelectual conservador brasileiro do século XX, foi outro autor em nosso país influenciado por Ludwig von Mises³⁷. Amparado no pensamento misesiano,

³⁴ MEIRA PENNA, José Osvaldo de. **O Espírito das Revoluções: Da Revolução Gloriosa à Revolução Liberal**. Pref. Antonio Paim. Campinas: VIDE Editorial, 2ª ed., 2016. p. 474-75.

³⁵ GUDIN, Eugênio. **Princípios de Economia Monetária**. Rio de Janeiro: Agir, 2ª ed., 1947.

³⁶ CAMPOS, Roberto. **A Lanterna na Popa: Memórias**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2ª ed. rev., 1994. 2v. Vol. II, p. 1054.

³⁷ Uma análise geral do pensamento de João Camilo de Oliveira Torres, ressaltando a influência do pensamento misesiano, é apresentada em: BOEIRA, Marcus. O Liberalismo Constitucional e o Império Brasileiro: Uma Análise de Conjunto da Obra de João Camilo de Oliveira Torres. **MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Cultura**, Vol. II, No. 1 (jan.-jun. 2014): 183-96.

em uma passagem do livro *Interpretação da Realidade Brasileira*, lançado pela primeira vez em 1969, criticou severamente o grave problema do intervencionismo estatal brasileiro, ao denunciar as práticas intervencionistas expressas na legislação trabalhista, na estrutura sindical e na dependência dos produtores agrícolas e dos empresários em relação ao protecionismo e aos programas governamentais, além de atestar que “*uma das consequências desta situação de reconhecimento expresse, por parte do povo, da legitimidade e da prioridade da ação oficial está na fé que o brasileiro médio deposita no ‘governo’*”³⁸.

Nas palavras de Marcus Boeira, “*a leitura de Mises levou João Camilo, como ele mesmo reconhece, a constatar que um dirigente de empresa que recorresse ao governo estaria cometendo suicídio ideológico total*”³⁹. Apesar de não coincidirem totalmente, tanto a visão camiliana apresentada no livro *A Libertação do Liberalismo*⁴⁰, publicado em 1949, quanto o pensamento misesiano “*fundam-se em uma estrutura comum: a de que a ação humana baseia-se necessariamente na razão para produzir resultado*”, constatando que, mesmo partindo de bases teóricas distintas, no caso de um aristotélica e do outro kantiana, utilitarista e fenomenológica, ambos os autores comungam de uma visão praxiológica semelhante porque acreditam que “*a ação é o objeto próprio do florescimento social*”⁴¹.

Encontramos a primeira análise sistemática elaborada por um autor brasileiro acerca de uma obra de Ludwig von Mises no livro *Introdução à Filosofia Liberal*, lançado em 1971 pelo filósofo e educador paulista Roque Spencer Maciel de Barros (1927-1999), no qual foi

³⁸ TORRES, João Camilo de Oliveira. **Interpretação da Realidade Brasileira: Introdução à História das Ideias Políticas no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2ª ed., 1973. p. 26.

³⁹ BOEIRA. O Liberalismo Constitucional e o Império Brasileiro. *Op. cit.*, p. 190.

⁴⁰ TORRES, João Camilo de Oliveira. **A Libertação do Liberalismo**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1949.

⁴¹ BOEIRA. O Liberalismo Constitucional e o Império Brasileiro. *Op. cit.*, p. 195.

abordada, em uma longa seção de dezesseis páginas no quinto capítulo, a crítica misesiana ao socialismo⁴², a partir da leitura acurada da edição francesa do livro *Die Gemeinwirtschaft* [A Economia Coletiva], que, como já ressaltamos aqui, fora discutido parcialmente por Oliveira Vianna no final da década de 1930. “Numa época de completo fechamento político”, durante o regime militar, esta obra de Roque Spencer desempenhou um papel fundamental “no sentido de preservar a alternativa liberal, no horizonte de nossas possibilidades”, visto que, como notou Antonio Paim, o filósofo paulista “foi talvez o único que”, em sua geração, “nunca se deixou atrair por soluções autoritárias, mantendo-se fiel à opção liberal da juventude”⁴³. Ao abordar os principais temas do pensamento liberal, em suas das diferentes vertentes clássica, romântica, cientificista e moderna, bem como ao discutir problemas fundamentais desta corrente, além de citar diversas vezes as contribuições de Ludwig von Mises e de F. A. Hayek, o livro *Introdução à Filosofia Liberal*, como notou José Osvaldo de Meira Penna, introduziu, de fato, “a nova fase do liberalismo em nossa terra”⁴⁴.

Tal como já afirmamos no presente ensaio, é necessário o desenvolvimento de uma pesquisa mais extensa sobre a difusão do pensamento da Escola Austríaca de Economia no Brasil, de modo geral, e, particularmente, das ideias misesianas em nosso país. O trabalho desenvolvido pelo IL e pelo IMB, nesse sentido, deveria ser visto como a parte contemporânea e mais efetiva de uma longa tradição econômica que remonta a quase um século, tendo sido iniciada por Eugênio Gudín quase

à mesma época em que Leônidas de Rezende introduziu o marxismo na academia e que Roberto Simonsen começou a defender as políticas desenvolvimentistas keynesianas.

Diante desta listagem não extensiva, abrangendo pensadores brasileiros de diferentes áreas, desde o final da década de 1930 até os nossos dias, fica evidente que a influência do economista austríaco não é um modismo intelectual passageiro, que pode ser resumido pelo contemporâneo jargão popular “Menos Marx, Mais Mises”. Reconhecemos que os dois pensadores não fazem atualmente parte da chamada ortodoxia econômica, dominada pelos modelos neoclássicos. No entanto, acreditamos que a oposição entre ambos não deve ser reduzida meramente a uma disputa, oriunda da Guerra Fria, entre os sistemas comunista e capitalista, voltada exclusivamente para as questões econômicas.

Em tal perspectiva simplificadora exposta pelo bordão, Ludwig von Mises representa, por um lado, tanto no plano prático a defesa da liberdade individual, da descentralização política e do liberalismo econômico, quanto na esfera teórica, uma reconciliação com a longeva tradição liberal, que em nosso país se manifestou desde o início do século XIX. Por outro lado, nesta visão reducionista, Karl Marx se tornou a encarnação das diferentes formas de controle social, de intervencionismo político e de planejamento econômico, representando as diferentes formas de socialismo, mas também o patrimonialismo que domina nossas instituições desde o período colonial, o elitismo tecnocrático dos positivistas, o corporativismo e o trabalhismo varguistas, e, finalmente, o desenvolvimentismo keynesiano do período democrático nas décadas de 1950 e 1960, bem como do regime militar e da chamada Nova República. Desse modo, “Menos Marx”, também, significa “Menos Comte” e “Menos Keynes”. Assim, poderíamos reescrever o lema como “Menos Intervencionismo, Mais Liberdade” ou “Menos Socialismo, Mais Liberalismo”.

Como demonstraram Ubiratan Borges de Macedo (1927-2007), no capítulo “Libera-

⁴² BARROS, Roque Spencer Maciel de. *Introdução à Filosofia Liberal*. Pref. Ruy Mesquita. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Editorial Grijalbo, 1971. p. 261-76.

⁴³ PAIM, Antonio. *A Filosofia Brasileira Contemporânea – Estudos Complementares à História das Ideias Filosóficas no Brasil: Volume VII*. Londrina: CEFIL, 2000. p. 242.

⁴⁴ MEIRA PENNA. *O Espírito das Revoluções*. *Op. cit.*, p. 475.

lismo no Brasil” de *Liberalismo e Justiça Social*⁴⁵, João de Scantimburgo (1915-2013), em *História do Liberalismo no Brasil*⁴⁶, Antonio Paim, em *História do Liberalismo Brasileiro*⁴⁷ e José Osvaldo de Meira Penna, no capítulo “O Liberalismo no Brasil e suas Três Vertentes: Do Império à Nova República” de *O Espírito das Revoluções: Da Revolução Gloriosa à Revolução Liberal*⁴⁸, existe uma longa e sólida tradição liberal em nosso país. Desde os primórdios, no século XIX “os liberais brasileiros proclamam ser imprescindível bem conhecer a doutrina liberal elaborada no exterior, ao mesmo tempo que reconhecem ser necessário aplicá-la de maneira criativa às condições locais”⁴⁹.

Os inúmeros brasileiros, sejam libertários ou conservadores, que, em nossos dias, buscam se orientar pelo liberalismo misesiano tanto nas análises teóricas dos problemas nacionais quanto na atuação política visando soluções concretas, estão mantendo uma disposição semelhante à de muitos eminentes liberais e conservadores de nossa história. Mais do que a defesa do bem-estar material propiciado pelo livre-mercado, o que está em jogo na batalha contra o marxismo e outras formas de intervencionismo estatal é a própria sobrevivência de nossa civilização. Essa importante questão foi abordada pelo próprio Ludwig von Mises, que encerrou o tratado *Ação Humana* com as seguintes palavras:

O conhecimento acumulado pela ciência econômica é um elemento essencial da civilização humana; é a base sobre a qual se assentam o industrialismo moderno, bem como todas as conquistas morais, intelectuais,

tecnológicas e terapêuticas dos últimos séculos. Cabe aos homens decidirem se preferem usar adequadamente esse rico acervo de conhecimento que lhes foi legado ou se preferem deixá-lo de lado. Mas, se não conseguirem usá-lo da melhor maneira possível ou se menosprezarem os seus ensinamentos e as suas advertências, não estarão invalidando a ciência econômica; estarão aniquilando a sociedade e a raça humana⁵⁰.

Na desafiadora cruzada em defesa da liberdade, o papel de um periódico acadêmico como a *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia* é primordial. Foi uma honra imensa fazer parte dessa equipe nos últimos anos. Somos extremamente gratos, principalmente aos amigos Ubiratan Jorge Iorio, Helio Beltrão, Fabio Barbieri, José Manuel Moreira e Claudio A. Téllez-Zepeda por todo o apoio que recebemos. Acreditamos que o novo gerente editorial conseguirá executar a importante missão da revista, além de ampliar a penetração dela no debate acadêmico. De nossa parte, continuaremos a oferecer colaborações para esse importante trabalho, mas apenas na função de membro do Conselho Editorial e, principalmente, submetendo artigos e resenhas. Enfrentaremos nos próximos anos um grande desafio, que é a publicação, em língua portuguesa, das obras completas de Ludwig von Mises, em edições críticas, pela LVM Editora, bem como os trabalhos de outros importantes autores. O período em que exercemos o cargo que agora entregamos foi uma experiência fundamental, que colaborará muito com a nossa próxima jornada. Com alegria e esperança, agradecemos a todos os que fizeram parte de nossa vida nos anos em que desempenhei o cargo de gerente editorial da *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*. ∞

⁴⁵ MACEDO, Ubiratan Borges de. **Liberalismo e Justiça Social**. São Paulo: IBRASA, 1995. p. 117-28.

⁴⁶ SCATIMBURGO, João de. **História do Liberalismo no Brasil**. Pref. José Osvaldo de Meira Penna. São Paulo: LTr, 1996.

⁴⁷ PAIM, Antonio. **História do Liberalismo Brasileiro**. São Paulo: Mandarim, 1998.

⁴⁸ MEIRA PENNA. **O Espírito das Revoluções**. *Op. cit.*, p. 441-96.

⁴⁹ PAIM. **História do Liberalismo Brasileiro**. *Op. cit.*, p. 245.

⁵⁰ MISES. **Ação Humana**. *Op. cit.*, p. 999.